

# A atualidade da obra de Marini e o resgate crítico de seu pensamento

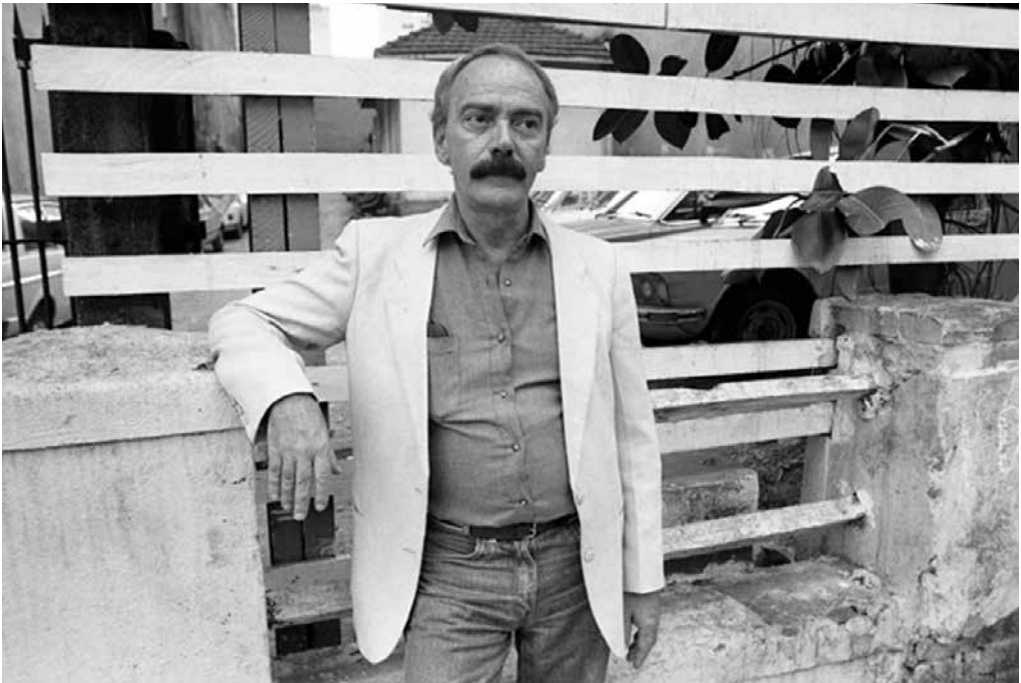
On the relevance of Ruy Mauro Marini's work and the critical rescue of his thought

**nilson Araújo de souza\***

**mariana Nunes de Moura souza\*\***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.003>

Foto: Reprodução <https://marini-escritos.unam.mx/>



Ruy Mauro Marini (1932-1997) ficou conhecido internacionalmente como um dos elaboradores da teoria da dependência. A foto acima, de 1987, integra série de retratos feitos pela revista *IstoÉ Senhor*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo resgatar criticamente e demonstrar a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini, um dos principais construtores da teoria marxista da dependência (TMD). Escolheu-se Marini porque sua elaboração é a mais densa e completa da TMD. O estudo se concentrará no principal livro dele, *Dialética da dependência*, porque é onde se condensa melhor sua contribuição teórica. O texto apresenta seu pensamento, analisa-o e mostra sua atualidade. Começa-se por sintetizar a concepção de Marini sobre os mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os países industriais, além de demonstrar a atualidade dessa concepção. Após se expor sua constatação de que o corolário incontornável da transferência de valor é a superexploração da força de trabalho, fornecem-se dados que comprovam sua atualidade. Demonstra-se então que, em decorrência da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, os países dependentes realizam um reduzido nível de acumulação de capital. Outra decorrência da superexploração é o descolamento entre a produção e as necessidades das massas, engendrando a “necessidade” de exportar. O Estado de uma economia do porte da brasileira adotaria, para garantir mercados para esse “excedente”, uma política agressiva que, ao lado de outras contradições, engendraria o subimperialismo. Apresentam-se neste texto reservas críticas dos autores em relação a essa tese. Finalmente, aborda-se a conclusão de Marini de que a superação da dependência só se daria nos marcos do socialismo. Posteriormente, ele passou a admitir a necessidade de uma “etapa intermediária” que teria as tarefas nacional, democrática e de justiça social.

**Palavras-chave:** Dependência. Transferência de valor. Superexploração da força de trabalho. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This paper seeks for critically redeem and demonstrate the relevance of Ruy Mauro Marini's thought. He was one of the main architects of the Marxist theory of dependence (MTD). We have chosen Marini because his elaboration of MTD is the most substantial and complete. The book *Dialectics of dependence*, which this paper analyses, comprises his main theoretical contribution. Starting with Marini's notion of value transfer mechanisms from dependent countries to industrial countries, we demonstrate the relevance of this idea. In a second moment, we describe his observation that the unavoidable corollary of the transfer of value is the overexploitation of the workforce, and then data are provided that prove its current relevance. Then we show that, as a result of the transfer of value and the super-exploitation of the labor force, dependent countries have a reduced level of capital accumulation. Another result of overexploitation is the disconnection of goods and services production from the masses needs, engendering the “need” to export. In order to guarantee markets for this “surplus”, the State in a country like Brazil should adopt an aggressive policy that, along with other contradictions, would engender the so-called sub-imperialism. The authors' critical reservations regarding this thesis are exposed here. Finally, we address his conclusion that the overcoming of dependence would only take place once a country achieve socialism. Later, he started to admit the need for an “intermediate stage”, that would have the national, democratic and social justice tasks.

**Keywords:** Dependency. Value transfer. Overexploitation of the workforce. Development.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo resgatar criticamente<sup>1</sup> o pensamento de Ruy Mauro Marini e demonstrar a atualidade do pensamento dele, que foi um dos principais construtores da teoria marxista da dependência (TMD)<sup>2</sup>, cuja elaboração contou também com a ativa e inestimável participação de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, intelectuais brasileiros que, como Marini, viveram no exílio durante o período da ditadura.

Escolhemos Marini como tema do nosso artigo, dentre os formuladores da TMD, porque, apesar da importante contribuição de Theotonio dos Santos e de Vânia Bambirra, é inegável que a elaboração de Marini é mais densa e completa. Escreveu poucos livros<sup>3</sup>, mas, em cada um deles, condensa ideais fundamentais para se compreender a América Latina. Escreveu também dezenas de artigos e ensaios. Vamos nos concentrar no seu principal livro, *Dialética da dependência*, no qual ele condensa melhor sua contribuição teórica, mas incurSIONAREMOS por outros livros ou artigos e ensaios.

Marini era um tipo de intelectual muito comum nas décadas de 1950 e 1960, o intelectual engajado, cujo compromisso era desvendar a verdade para contribuir com a transformação da realidade. Foi por esse prisma que examinamos seu pensamento. Suas referências teóricas partem de Marx e incorporam as contribuições de marxistas que analisaram a nova fase do capitalismo, o imperialismo, particularmente Vladímir I. Lênin. Considerava como precursores da TMD os peruanos José Carlos Mariátegui<sup>4</sup> e Haya de la Torre<sup>5</sup>. Avaliava que o livro lançado em 1967 por André Gunder Frank, intitulado *Capitalismo e subdesenvolvimento da América Latina*, seria “um marco do que viria a se chamar de ‘teoria da dependência’” (MARINI, 2005b, p. 66).

Este texto contém, além desta introdução, seis seções, incluindo as considerações finais. Na seção 2, sob o título “O intercâmbio desigual e a transferência de mais-valia”, tratamos da análise de Marini sobre os mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os países industrializados. Mostramos que, ainda que seu livro *Dialética da dependência* trate apenas do intercâmbio desigual como mecanismo de transferência de valor, nascido com a divisão internacional do trabalho, em meados do século XIX, o posfácio ao livro apresenta outras formas de transferência que se desenvolveram com a emergência do imperialismo no final daquele século, tais como a remessa de juros e de lucros e o pagamento de *royalties*. Demonstramos que esses mecanismos seguem vigentes.

<sup>1</sup> Resgatar no sentido proposto por Marini, para o qual o resgate da teoria marxista da dependência devia ser feito de forma a resgatar a sua essência e ao mesmo tempo superar as suas insuficiências.

<sup>2</sup> Antes de avançamos, cabe um esclarecimento: aqui, na América Latina, existem pelo menos três teorias da dependência: a da Cepal, principalmente a formulada por Celso Furtado, de inspiração histórico-estruturalista; a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, weberiana, mas mais com rosto de apologia do que de teoria da dependência, e a teoria marxista da dependência.

<sup>3</sup> O primeiro deles, *Subdesenvolvimento e revolução*, basicamente sobre o Brasil, publicado em 1969, só saiu no Brasil em 2017. O segundo, *Dialética da dependência*, escrito em 1972 e publicado em 1973, só saiu no Brasil em 2000, pela editora Vozes. O terceiro, *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*, saiu em 1976, mas foi publicado no Brasil apenas em 2019, pela editora Expressão Popular; trata da experiência chilena com o governo da Unidade Popular. E por último, já no Brasil, escreveu *América Latina: dependência e integração*, publicado em 1992 pela editora Brasil Urgente.

<sup>4</sup> Fundador do Partido Comunista do Peru.

<sup>5</sup> Fundador da Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana).

“A superexploração da força de trabalho: corolário da transferência de valor” é a seção 3. Aqui, analisamos a demonstração feita por Marini de que a economia dependente responde com a superexploração da força de trabalho — entendida como o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor — a essa transferência de valor. Demonstramos com o exemplo do Brasil que essa categoria, mais do que nunca, contribui para explicar o fenômeno da baixa remuneração do trabalho como condição para a transferência de valor e para a consequente valorização do capital nos países desenvolvidos.

A seção 4, intitulada “Transferência de valor e baixo nível de acumulação de capital”, trata dos limites da acumulação de capital numa economia dependente, que, além de transferir para o centro imperialista parcela do excedente nela gerado, reduzindo, portanto, a mais-valia formadora da acumulação de capital<sup>6</sup>, tem seu mercado interno estreitado pela superexploração da força de trabalho. Indicamos que, quanto maior for a dependência de um país, menores serão sua capacidade de acumulação e, portanto, suas possibilidades de desenvolvimento.

Na seção 5, “Cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação e subimperialismo”, expõe-se a tese de Marini de que, na economia dependente, a produção está desvinculada das necessidades das massas. Isso porque, se na fase primário-exportadora a produção é destinada ao exterior, na industrial ela se dirige, em grande medida, às camadas de elevados níveis de rendimento. Tratamos também nessa seção da tese do subimperialismo, o qual, segundo Marini, resultaria das contradições da dependência nas economias maiores, como a brasileira. Sugerimos que o Brasil não reuniu nem reúne requisitos para cumprir tal papel.

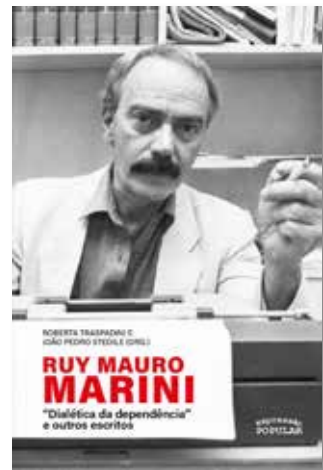
Na seção 6, que, sob o título “Marini e a revolução socialista”, trata da concepção do autor sobre os caminhos de superação da dependência, mostramos que ele afirmava que essa superação se daria nos marcos da revolução socialista, contrapondo-se à posição dos partidos comunistas da região, que defendiam a tese de que, antes do socialismo, haveria uma etapa nacional-democrática. Mas mostramos também que, posteriormente, em seu último livro, *América Latina: dependência e integração*, ele passou a admitir a necessidade de uma “etapa intermediária”, caracterizada por uma democracia avançada, em que os trabalhadores teriam bastante peso, e que, ao mesmo tempo, desse ao país a capacidade de autodeterminar-se e de promover a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores.

Por fim, na última seção, a de número 7, apresentamos as considerações finais, em que sistematizamos as principais conclusões a que chegamos nesta investigação de cunho teórico.

## 2. O INTERCÂMBIO DESIGUAL E A TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALIA

Segundo Marini, para entendermos a América Latina, teríamos de partir da economia mundial capitalista, procurando entender o sistema no qual a América Latina está inserida de maneira subordinada. No mundo, predominaria o capitalismo, que ingressou em sua fase imperialista a partir do final do século XIX. Foi partindo dessa realidade que ele definiu o que seria dependência:

<sup>6</sup> Compartilhamos da opinião, de inspiração keynesiana, que afirma não ser necessário possuir um excedente prévio para realizar a acumulação de capital. Bastaria ao governo emitir moeda e investir. Isto é verdade, mas só opera eficazmente em condições de subutilização de capacidade instalada e disponibilidade de meios de produção e força de trabalho. Estruturalmente, é necessário o excedente para viabilizar a acumulação de capital.



Edições antigas do livro *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, e a coletânea de textos do autor republicada em 2022 pela Expressão Popular em homenagem aos 90 anos de Marini

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

Os países dependentes são, portanto, países formalmente independentes, mas dependentes economicamente porque se inseriram de maneira subordinada nos marcos da economia mundial, o que acarretaria uma forma específica de desenvolvimento na região, diferente das formas como se desenvolveram a Europa e os EUA. Para Marini, ainda que as economias dos países da América Latina reproduzam as leis gerais do capitalismo, o fazem de uma forma específica, a qual designou de capitalismo *sui generis*<sup>7</sup>:

frente ao [*sic*] parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se dão como insuficiências, e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras —, como deformações [...]. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis* (MARINI, 2000, p. 105-106).

Tratando-se de um capitalismo específico, *sui generis*, haveria que buscar o marco teórico que desse conta de entender essa especificidade regional. Por isso, não bastaria usar as teorias mais gerais para compreender a região. Segundo Marini, as leis gerais do capitalismo, que funcionam no mundo capitalista, também regem a economia da América Latina, só que de maneira exacerbada, com insuficiências e deformações.

Utilizando seu método<sup>8</sup> para entender a América Latina, partiu da análise da economia mundial capitalista e de como se dá a inserção nela das economias latino-americanas. Sua conclusão é que, nessa relação, ocorre uma transferência de valor dos países dependentes em direção aos países desenvolvidos, contribuindo assim para a desvalorização da força de

<sup>7</sup> Ainda que por caminhos diferentes, Celso Furtado também concluiu pela existência de uma especificidade da economia subdesenvolvida, em particular a latino-americana, ao afirmar: “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação da economia capitalista moderna. É, em si, um processo particular, resultante da penetração da empresa capitalista moderna em estruturas arcaicas.” (FURTADO, 2000, p. 261)

<sup>8</sup> Para a metodologia da TMD, ver SILVA (2016).

trabalho nestes últimos e, por conseguinte, para aumentar a mais-valia relativa e assim procurar deter a marcha da tendência à queda da taxa de lucro.

Essa transferência de valor se realizaria por vários mecanismos, a saber: intercâmbio desigual, remessas de juros e lucros, pagamento de *royalties*. Segundo o autor, a partir de meados do século XIX se estabeleceu no mundo, depois de muitas tensões, a divisão internacional do trabalho, em que a Inglaterra, então a oficina do mundo, já que era a economia que realizara até então praticamente sozinha a Primeira Revolução Industrial, ocupava o núcleo central como produtora e exportadora de produtos manufaturados, enquanto os países subdesenvolvidos, particularmente os da América Latina, produziam e exportavam produtos primários. Por isso, não havendo competidores no mundo, propôs e impôs aos demais países o livre-comércio<sup>9</sup>.

Nessa relação entre produtores de produtos primários e produtores de produtos industriais, dizia Marini, saem perdendo os produtores de produtos primários. Afirma ele:

No segundo caso — transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas —, o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual (MARINI, 2000, p. 121).

Marini revela então que os países produtores de produtos primários vendiam suas mercadorias para os países industrializados por um preço abaixo do respectivo valor e compravam bens industriais desses países, com destaque para a Inglaterra<sup>10</sup>, por um preço acima do valor. Para expressar esse fato, nosso autor utilizou a categoria intercâmbio desigual, que descreve um fenômeno decorrente de dois fatores importantes: os países centrais, sobretudo a Inglaterra, monopolizavam a produção industrial e, além disso, possuíam a tecnologia mais avançada e, portanto, maior produtividade, e assim podiam puxar seus preços para cima e os dos produtos primários importados para baixo. Nas suas próprias palavras:

Frente a [*sic*] esses mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar — sempre a nível das [*sic*] relações internacionais de mercado — um mecanismo de compensação (MARINI, 2000, p. 121).

O intercâmbio desigual significa que se está transferindo valor dos países dependentes para os países desenvolvidos, mais propriamente para seu capital financeiro<sup>11</sup>. Marini demonstrou que o intercâmbio desigual não seria meramente transferência de valor, mas de parte da mais-valia.

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia [... e em consequência] contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais (MARINI, 2000, p. 123).

<sup>9</sup> Isso depois de haver se industrializado sob as bênçãos do protecionismo.

<sup>10</sup> Para conformar o clube dos países industrializados, somaram-se outros países ao longo da segunda metade do século XIX, como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália e Rússia. São basicamente os países que recusaram a proposta de livre-comércio implementada pela Inglaterra.

<sup>11</sup> Entendido como fusão dos monopólios industriais com os monopólios bancários, no sentido dado por Lênin a partir da formulação original de Hilferding.



Sua conclusão é que, nessa relação, ocorre uma transferência de valor dos países dependentes em direção aos países desenvolvidos, contribuindo assim para a desvalorização da força de trabalho nestes últimos e, por conseguinte, para aumentar a mais-valia relativa e assim procurar deter a marcha da tendência à queda da taxa de lucro

Costuma-se confundir intercâmbio desigual com deterioração dos termos de intercâmbio (DTI), mas trata-se de categorias distintas, ainda que complementares. Segundo Raúl Prebisch<sup>12</sup>, da Cepal, a DTI se verifica quando o país da periferia tem de exportar cada vez mais para comprar a mesma quantidade de produtos no exterior; dito de outra forma, se o país dependente exportar a mesma quantidade de produtos, importará cada vez menos. A deterioração dos termos de intercâmbio, portanto, se traduz em uma piora no intercâmbio desigual.

Mesmo antes da fase imperialista, que, como demonstra Lênin (1961), configurou-se a partir do último quartel do século XIX, já havia transferência de valor sob a forma de mais-valia da periferia, particularmente da América Latina, para os países industrializados.

Mas essa transferência de valor se agravou no final do século XIX e começo do século XX com a emergência do imperialismo, o qual nasceu das próprias entranhas do capitalismo. A livre concorrência no capitalismo engendrou o seu contrário: centralização e concentração de capital<sup>13</sup>. Qualquer que seja o caminho ou as causas<sup>14</sup>, o resultado é a forma-

**12** Ver textos seminais de Raúl Prebisch: “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, “Estudo econômico da América Latina (1949)” e “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”, todos publicados em Bielschowsky (2000, p. 69-215).

**13** Concentração de capital é quando um capitalista aumenta seu capital pela acumulação do próprio lucro, e centralização ocorre quando se juntam vários capitais num só.

**14** Segundo Lênin (1961), com base em Marx (1977, cap. XXIII), a combinação entre concorrência, crédito favorável às grandes empresas e crises periódicas, a começar pela grande depressão que grassou no mundo da década de 1870 à de 1890, engendrou a concentração e a centralização do capital nos países industrializados.

ção do monopólio<sup>15</sup>. Os monopólios industriais se fundiram com os monopólios bancários para formar o capital financeiro, e, a partir daí, aumentou significativamente a exportação de capitais para o resto do mundo. Lênin demonstrou que, a partir de então, a exportação de capitais passou a preponderar sobre a de mercadorias (LÊNIN, 1961).

A exportação de capitais dos países desenvolvidos para os países dependentes se dava de duas formas: empréstimos e investimento estrangeiro direto (IED). Na verdade, boa parte desse IED não vinha para investir, ou seja, para aumentar a capacidade produtiva, mas para adquirir patrimônio público e empresas privadas já existentes<sup>16</sup>.

A decorrência imediata dessa exportação de capitais é o retorno para suas matrizes dos ganhos aqui obtidos, retorno que se manifesta por meio da remessa de lucro, juros e aluguel de patentes (*royalties*)<sup>17</sup>. Essas remessas financeiras vieram agravar o impacto da transferência já realizada por meio do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de intercâmbio, aumentando assim a transferência de valor. O resultado dessa transferência é a desvalorização da força de trabalho nos países desenvolvidos, com o conseqüente aumento da mais-valia relativa, funcionando, portanto, como força contra-arrestante da tendência à queda da taxa de lucro.

A forma de transferência típica do intercâmbio desigual permanece na atualidade. Há os que postulam que, em função do aumento dos preços das *commodities* no período recente, teria acabado o intercâmbio desigual, já que agora os países da periferia estariam se beneficiando com a melhoria da sua relação de troca com os países centrais.

Melhorias como essa já ocorreram várias vezes na história recente do capitalismo. Isso porque, nos momentos de aquecimento da economia mundial, países exportadores de produtos básicos se organizam<sup>18</sup> e conquistam aumento dos preços. Tal fato ocorreu na segunda metade dos anos 1960<sup>19</sup>, quando o sistema capitalista mundial vivia o apogeu do período expansivo pós-guerra. Havia então uma forte demanda de matérias-primas e alimentos. Mas, devido à emergência da crise estrutural e da ação, inclusive militar, do governo dos EUA para pressionar os exportadores de produtos básicos, os preços caíram durante as décadas de 1980 e 1990 e o começo dos anos 2000 (PRATES, 2007), retomando a ferro e fogo a trajetória histórica.

Esses preços voltaram a elevar-se a partir do final de 2003, quando a economia dos países desenvolvidos emergia da crise de 2002, e continuaram a subir no começo da crise de 2007-2008, porque a demanda chinesa permaneceu aquecida e também porque parte do capital especulativo, para fugir da crise, passou a fazer estoque de *commodities* (PRATES, 2007). Mas não resistiram à crise e desabaram em 2008-2009. Voltaram a subir agora, como consequência da combinação entre a demanda chinesa, a imposição de sanções pelos EUA/

**15** Há duas formas de monopólio: o truste, que é quando uma única empresa domina o mercado, e o cartel, que é quando algumas grandes empresas fazem acordos entre si para dividir e dominar o mercado a fim de praticar o sobrepreço e auferir o lucro extraordinário.

**16** Ultimamente, desde os anos 1970, emergiu outra forma de exportação de capitais: massas gigantescas de recursos financeiros, sob a forma líquida, deslocam-se pelo mundo à velocidade da luz, ou seja, o chamado capital especulativo, o capital fictício, que sai da esfera produtiva, segue se apropriando de valor nela gerado, mas não contribui em nada com a produção.

**17** Marini trata dessa questão no texto "Em torno da dialética da dependência", posfácio ao livro *Dialética da dependência* (SADER, 2000, p. 157-158).

**18** Vide Opep.

**19** O preço do petróleo seguiu aumentando até o final dos anos 1970 em função das guerras entre Israel e o mundo árabe.



Quem primeiro destacou que o capitalista, em determinadas circunstâncias, paga a força de trabalho abaixo do seu valor foi o próprio Marx. Em pelo menos dois momentos de *O Capital* ele trata dessa questão: quando analisa a crise capitalista e quando trata das contratendências à lei da tendência decrescente da taxa de lucro

Otan<sup>20</sup> contra a Rússia, devido à guerra na Ucrânia, e a maneira desordenada como a economia mundial busca emergir do impacto sofrido em razão da pandemia de covid-19.

A história tem revelado que preços elevados de *commodities* não se sustentam. A lógica perversa do sistema imperialista, ao criar e fortalecer os monopólios, não o permite. Além de sua tendência à queda, oscilam bastante, retirando a previsibilidade com a qual contam os produtores e derrubando a relação de troca entre os países da periferia e os países ricos.

No momento, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) prepararam um relatório anual sobre perspectivas agrícolas para o decênio seguinte. Em *OECD-FAO agricultural Outlook 2021-2030*, avaliam que, a médio prazo, a tendência será o esgotamento do comportamento altista das *commodities* agrícolas. Isso porque, além de fatores como a crise logística internacional, a alteração dos preços dos insumos e a crise econômica, o crescimento da demanda mundial de *commodities* agrícolas seria em torno de metade do verificado na última década (1,2% ao ano, contra 2,2%). No caso do gigante chinês, a queda do crescimento da demanda de matérias-primas e alimentos importados seria maior ainda: de 2,7% para 0,85% (FAO, 2021).

Quanto às *commodities* minerais, como ferro, alumínio e cobre, até grandes bancos, como o Bank of America, dos EUA, cujos fundos financeiros especulam no mercado de *commodities*, estão prevendo a queda de preços das ações das empresas que operam nesse mercado, que decorreria da tendência à queda dos preços das matérias-primas.

A transferência de valor por via de remessa de lucros, juros e *royalties* se intensificou. Nunca houve tantos investimentos estrangeiros diretos nos países dependentes como no período dos anos 1990 para cá, ou, em outras palavras, nunca houve tanta desnacionalização dessas economias. O economista indiano Deepak Nayyar constatou que a evolução do estoque de capital estrangeiro nos países em desenvolvimento, ou seja, dependentes, acelerou fortemente a partir da década de 1990: no ano de 1990, era de US\$ 517 bilhões, e em 2010, 20 anos depois, era de quase US\$ 6 trilhões; multiplicou-se praticamente por 12 (NAYYAR, 2014, p. 134, tab. 5.4).

<sup>20</sup> Organização do Tratado do Atlântico Norte, organização militar liderada pelos Estados Unidos, criada no imediato pós-guerra para garantir a hegemonia dos EUA no campo capitalista.

Isso é apenas o investimento estrangeiro direto; não inclui modalidades de exportação de capitais, como empréstimos e capitais especulativos. Se aumentou quase 12 vezes a presença dos capitais estrangeiros nos países dependentes, imagine só em quanto aumentou a remessa de lucros, juros, *royalties*, bem como o sub e superfaturamento.

O caso brasileiro é revelador. Dados do Banco Central indicam que a expansão do estoque de investimento direto no país (IDP)<sup>21</sup> também acelerou a partir da década de 1990: pelo critério do BC, que considera as operações intercompanhias como investimento direto, o estoque de investimento direto no país aumentou de US\$ 47,9 bilhões em 1995 (6,1% do PIB) para US\$ 765 bilhões em 2020 (36% do PIB). Portanto, no período, o estoque de capital estrangeiro no país multiplicou-se por 16<sup>22</sup> (BCB, s.d.[a]; s.d.[b])<sup>23</sup>.

O outro lado da moeda é o aumento da remessa de lucros para as matrizes das transnacionais. Quando a empresa é nacional, pública ou privada, o lucro permanece no país, viabilizando assim a acumulação interna de capital, mas, com a desnacionalização, uma parcela do lucro é desviada para fora. Se considerarmos as remessas de lucros e dividendos provenientes do IED, mais as remessas de lucros disfarçadas de juros dos empréstimos intercompanhias, aumentaram de US\$ 2,1 bilhões em 1995 para US\$33,4 bilhões em 2021 (BCB, s.d.[b]), que, convertidos pelo dólar médio de 2021 (R\$ 5,18), equivalem a um montante de R\$ 173 bilhões.

Mas, se incorporamos ao investimento direto e aos empréstimos intercompanhias<sup>24</sup> as remessas de lucros e dividendos do capital especulativo e o pagamento de juros pelos títulos vendidos no exterior, também fica evidente a drenagem de valor da economia dependente brasileira para o núcleo central do imperialismo: de US\$ 10 bilhões enviados em 1995 para US\$ 36,7 em 2020 (BCB, s.d.[b]). E não estamos computando as transferências constituídas pelo intercâmbio desigual e o sub/superfaturamento entre as matrizes e as sucursais das transnacionais.

Esses capitais vieram não tanto para criar nova capacidade produtiva, mas, sobretudo, para se apropriar de capacidade produtiva já existente. Assim, o reforço dos laços de dependência no período recente, derivado, principalmente, dessa invasão pelo capital estrangeiro, revela a atualidade da TMD e do pensamento de Marini.

Consideramos que a categoria *troca ecologicamente desigual*, medida em quantidade de matéria, ou seja, em valor de uso, reforça a categoria *intercâmbio desigual*, medida em valor. O economista estadunidense John Bellamy Foster, que se dedica a estudos sobre temas ecológicos sob a ótica do marxismo, e que recupera a contribuição de autores que estudaram o que designou *imperialismo ecológico*, adota a categoria *troca ecologicamente desigual*.

<sup>21</sup> É um conceito mais amplo que o de IED, mas, na essência, significa a mesma coisa. Os dados foram coletados pelo Banco Central por meio de um censo que fazia a cada cinco anos e, desde 2010, faz a cada ano. O censo atual é mais preciso que os primeiros, o que pode distorcer um pouco, mas não comprometer, a comparação.

<sup>22</sup> Durante a década de 1990 e começo da de 2000, o ingresso de capital estrangeiro se destinava basicamente à aquisição de empresas estatais, torradas na bacia das almas pelo governo Fernando Henrique. Dali em diante, com a suspensão das privatizações pelo governo Lula, o capital alienígena concentrou-se na aquisição de empresas privadas nacionais, voltando a mirar nas estatais agora no governo Bolsonaro, cujo ministro da Economia diz que o Estado tem de vender tudo, até a Casa da Moeda.

<sup>23</sup> Agradecemos ao engenheiro Iso Sendacz, funcionário aposentado do Banco Central, por nos haver ajudado a decifrar o emaranhado de dados e critérios sobre IED e IDP que o BC publica.

<sup>24</sup> Os quais constituem um disfarce do aporte de capital para esconder a remessa de lucros.

Partindo da falha metabólica percebida por Marx, em decorrência da qual a utilização de recursos naturais sob a forma de matérias-primas pela indústria urbana não devolve à natureza o que foi extraído dela, Foster, com base nesses autores, conclui que, nas relações comerciais entre os países dependentes e os desenvolvidos, os primeiros, em troca de produtos industriais, cedem produtos primários extraídos da natureza, gastando, sem repor, recursos naturais que seriam úteis para o seu próprio desenvolvimento futuro e para alimentar seu próprio povo (FOSTER; HOLLEMAN, 2014).

Trabalhamos com a hipótese de que essa categoria é compatível com a do intercâmbio desigual, e vem em seu reforço. Isso porque, enquanto, por causa do intercâmbio desigual, os países ricos se apropriam de valor gerado nos países dependentes, comprometendo seu desenvolvimento, devido à troca ecologicamente desigual eles se apropriam ainda da matéria dos recursos naturais e de seu valor de uso, deixando as nações que os exportam com crateras no lugar do minério e terras degradadas no lugar de campos verdejantes, comprometendo também seu processo de desenvolvimento.

### 3. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: COROLÁRIO DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR

Transferir uma parte do valor gerado internamente para os países desenvolvidos traz sérias consequências para a economia dependente. A primeira delas, segundo Marini, é a superexploração da força de trabalho, quer dizer, paga-se a força de trabalho abaixo do seu valor, que corresponde ao valor dos bens que garantam a reprodução socialmente determinada, isto é, reprodução física, social e cultural do trabalhador e sua família. Isso se dá, segundo Marini, de três formas: pelo aumento da jornada, pela intensificação do trabalho e pelo que ele chamou de expropriação de uma parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho, quer dizer, expropriação de parte do fundo de salário.

Marini assim se expressa:

Os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000, p. 125).

O Brasil é um exemplo evidente de que essa constatação de Marini segue atual. Coautor deste texto, Nilson Araújo de Souza, em sua tese de doutorado, sob orientação de Marini, analisou a ocorrência desse fenômeno no período do chamado “milagre brasileiro”, de 1968 e 1974, e constatou que, apesar da intensa expansão econômica do período, não apenas havia superexploração como ela aumentou, mediante a elevação da jornada e da intensidade do trabalho e um violento arrocho salarial (SOUZA, 1980).

No período atual, existe a crença de que, tendo havido um processo de recuperação do salário mínimo durante o governo Lula<sup>25</sup>, teria desaparecido a superexploração da força de trabalho. Mas os dados revelam que a superexploração persiste.

<sup>25</sup> Na época, graças à mobilização das centrais sindicais, o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei conforme o qual, por determinado período, o salário mínimo seria anualmente reajustado pela inflação do ano anterior e o crescimento do PIB dos dois anos antecedentes. Essa lei já caducou e, atualmente, não existe lei alguma que determine os critérios de reajuste do salário mínimo.

Aqui, quando foi criado o salário mínimo, em 1940, por Getúlio Vargas, estabeleceu-se, a partir de pesquisa, o que seria necessário para sustentar uma família trabalhadora de quatro pessoas: o casal e dois filhos. Chegou-se a detalhar a cesta de bens. A Constituição de 1988 consagrou essa conquista, tornando constitucional o sustento mínimo que deve ser garantido a um trabalhador e sua família.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) calcula todo mês quanto deveria ser o salário mínimo para comprar essa cesta de bens, o qual o órgão designa por salário mínimo necessário. O cálculo correspondente ao mês de maio de 2022 dava o valor de R\$ 6.535,40. Enquanto isso, o salário mínimo estabelecido pelo governo é atualmente de apenas R\$ 1.212; portanto, 5,39 vezes menor do que o necessário para sustentar uma família de quatro pessoas (DIEESE, 2022).

Argumenta-se, no entanto, que nem todo trabalhador ganha apenas um salário mínimo; boa parte ganharia acima disso. Vejamos então os dados. A Pnad Contínua, pesquisa realizada pelo IBGE, constatou que, dos que vivem do rendimento do trabalho, entre 30% e 40% ganhavam em 2019, em média, R\$ 1.005, ou seja, em torno do salário mínimo da época, que era de R\$ 998 — 4,35 vezes menor que o salário mínimo necessário<sup>26</sup>, que em dezembro daquele ano foi calculado em R\$ 4.342,57 (DIEESE, 2022) Mais dramático ainda: entre 80% e 90% da população trabalhadora ganhava R\$ 3.422 em média, quer dizer, abaixo do mínimo necessário (IBGE, 2020, p. 7). A imensa maioria dos trabalhadores no Brasil ganha abaixo do salário mínimo necessário, isto é, recebe um salário abaixo do que necessita para reproduzir, física, social e culturalmente, sua força de trabalho.

Há os que questionam esse critério de mensuração do valor da força de trabalho (sustento do trabalhador, sua mulher e dois filhos), sob a alegação de que a mulher também trabalha e contribui para o orçamento familiar; de fato, 43% da PEA é constituída de mulheres. À exceção deste momento adverso que o país atravessa, a mulher vem cada vez mais ingressando no mercado de trabalho. Ocorre que uma parte significativa da força de trabalho feminina é ainda formada por trabalhadoras domésticas que ganham em torno de um salário mínimo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU, “o trabalho doméstico representa 27% da ocupação feminina na região [América Latina]”, e, “em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres” (OIT, 2022).

Enquanto isso, a parte constituída de outras profissionais, como professoras, pesquisadoras, médicas, advogadas, economistas, engenheiras etc., apesar de ter hoje qualificação superior à dos homens e realizar o mesmo tipo de trabalho, em 2021 ganhava 22% a menos que seus colegas homens. Assim, o ingresso da mulher no mercado de trabalho aumenta a renda familiar, mas não resolve o problema da superexploração, quer dizer, o fato de a família ganhar abaixo do que seria necessário para reproduzir a força de trabalho.

Há ainda os que argumentam que essa teoria da superexploração não se sustentaria teoricamente porque, segundo Marx, o valor da força de trabalho é socialmente determinado e a tendência é que o salário convirja para o valor da força de trabalho. É verdade que Marx apresentou essa formulação quando definiu abstratamente a categoria valor da força de trabalho. Queria demonstrar que, mesmo que o capitalista pagasse o valor da força de trabalho, ainda assim o trabalhador geraria um excedente, ou seja, a mais-valia, para seu patrão capitalista. Mas ele nunca disse que, na realidade concreta, a força de trabalho

<sup>26</sup> O governo Bolsonaro, como vimos, aumentou esse índice para 5,39 em 2022.

Foto: Ivan Bueno/APPA



Embarque de commodities agrícolas no porto de Paranaguá (PR)

é sempre paga por seu valor. Quem primeiro destacou que o capitalista, em determinadas circunstâncias, paga a força de trabalho abaixo do seu valor foi o próprio Marx. Em pelo menos dois momentos de *O Capital* ele trata dessa questão: quando analisa a crise capitalista<sup>27</sup> e quando trata das contratendências à lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Marx mostra que um dos recursos do capitalismo para tentar reverter a queda da taxa de lucro e enfrentar suas crises periódicas é pagar um salário abaixo do valor da força de trabalho (MARX, 1976, p. 297-341).

Observem que ele estava tratando do capitalismo no geral. Como as crises estruturais do capitalismo tendem a durar muito tempo, mesmo nos países desenvolvidos os capitalistas, nesses momentos, tendem a pagar ao seu trabalhador um valor abaixo do que seria o mínimo necessário para sustentar as condições de vida dele e de sua família.

Vejamos um exemplo contemporâneo: a partir do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, deflagrou-se uma crise estrutural no sistema capitalista mundial. A resposta dada pelos governos desses países vem sendo, dentre outras coisas, a retirada dos direitos trabalhistas que foram conquistados no período pós-guerra, durante o chamado *welfare state*. Começou com Margaret Thatcher na Inglaterra, depois continuou com o presidente Ronald Reagan nos EUA, e mais tarde foi a vez da Europa Continental.

As condições de vida dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos estão piores do que estavam antes porque, além da perda dos direitos, o salário real perdeu força nesse período. Consideramos que, nessa situação, está havendo superexploração da força de trabalho também nos países desenvolvidos (SOUZA, 2009).

Para Marini, essa situação não seria permanente nos países desenvolvidos, mas o é nas economias dependentes porque, ao transferirem estas parte do valor gerado para aqueles países, a resposta que dão internamente para compensar essa perda é empurrar o salário para baixo. Por conseguinte, a superexploração seria o corolário natural da transferência de valor da periferia para o centro, e tal torna-se algo permanente enquanto durar a dependência e a transferência de valor. Diz Marini:

O que parece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mer-

<sup>27</sup> O título do tópico que aborda uma das principais causas contra-arrestantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro é precisamente "Redução do salário abaixo de seu valor" (MARX, 1976, p. 297-341). A teoria de Marx sobre as crises encontra-se espalhada ao longo de *O Capital*, mas também no conjunto da sua obra, inclusive na parte filosófica — ver a respeito Souza (1992) —, mas essa explanação sobre o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho encontra-se em Marx (1976, cap. XV).

Ao superexplorar os trabalhadores e esmagar o mercado interno, a economia dependente gera contradições não apenas com os trabalhadores, mas também com a parcela da burguesia nacional vinculada ao setor IIa da economia e com a parcela vinculada ao setor I (meios de produção), que fornece bens para o setor IIa

cadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 122).

#### 4. TRANSFERÊNCIA DE VALOR E BAIXO NÍVEL DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Há outra decorrência imediata da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho: o baixo poder de acumulação de capital dos países dependentes. Isso significa que a economia cresce menos do que poderia se não houvesse essa drenagem de valor para fora, em lugar de investir-se internamente, e o estreitamento do mercado interno decorrente da superexploração.

Portanto, com menos excedentes para investir, há menor possibilidade de a economia crescer. Por outro lado, se se paga um salário abaixo do valor da força de trabalho, estrangula-se o mercado interno de bens de consumo de massa, levando em conta que este é formado principalmente pela grande massa da população trabalhadora. A tendência então é que haja um baixo nível de crescimento no capitalismo dependente. Ao superexplorar os trabalhadores e esmagar o mercado interno, a economia dependente gera contradições não apenas com os trabalhadores, mas também com a parcela da burguesia nacional vinculada ao setor IIa da economia e com a

parcela vinculada ao setor I (meios de produção), que fornece bens para o setor IIa.

Há momentos em que a economia de determinados países da periferia cresce a um ritmo elevado, como foi o caso do Brasil no período de 1930 a 1980, mas isso ocorreu porque, naquele período, o país conseguiu se livrar em parte dos laços da dependência, processo deflagrado pela Revolução de 1930. No período de 1930 a 1964, a dependência era menor porque o getulismo a enfrentou, e conseqüentemente a economia cresceu a um ritmo elevado, além de assentar as bases para seguir crescendo até 1980 (SOUZA, 2022).

Vale dizer que naquele período ocorria a transição de hegemonia no campo capitalista (da Inglaterra para os Estados Unidos) e se desenvolvia rapidamente um campo novo, o campo socialista. E os países da periferia do mundo capitalista aproveitam-se de momentos assim para procurar caminhos autônomos para o desenvolvimento.

Fernando Henrique Cardoso acusou Marini de ser “estagnacionista”, porque este autor teria postulado que a tendência das economias dependentes latino-americanas, em

função dessa situação de dependência, seria a estagnação (CARDOSO; SERRA, 1978). Mas, na verdade, Marini não era “estagnacionista”; afirmava que a economia capitalista dependente experimenta o ciclo típico do capitalismo, com seus momentos de expansão e de crise, mas o faz com insuficiências e deformações, ampliando todas as suas contradições<sup>28</sup>.

Consideramos que durante um tempo razoável — enquanto gozavam de relativa autonomia em relação ao sistema imperialista — as economias dependentes latino-americanas lograram crescer, mas, a partir da década de 1980, não conseguiram mais crescer de maneira sustentada, ingressando em longo período de estagnação<sup>29</sup>. Avaliamos que isso se deve ao fato de a dependência haver se acentuado, no caso brasileiro e da América Latina no geral, a partir dos anos 1960, como decorrência da implantação de ditaduras militares obedientes aos ditames do imperialismo estadunidense (SOUZA, 2007)<sup>30</sup>.

Isso revela que a dependência não gera desenvolvimento, mas sim estagnação da economia (SOUZA, 2007). Essa situação se agravou depois que o sistema imperialista ingressou, no início dos anos 1970, na sua mais prolongada crise, levando-o a buscar, por todos os meios, aumentar a extorsão de mais-valia dos trabalhadores das economias dependentes. Assim, quanto maior a dependência, mais limitado é o potencial de desenvolvimento, ao contrário da tese de Fernando Henrique (CARDOSO, 1970).

## 5. CISÃO ENTRE A ESFERA ALTA E A ESFERA BAIXA DA CIRCULAÇÃO E SUBIMPERIALISMO

Outra consequência da transferência de valor para os monopólios dos países centrais é que, ao engendrar a superexploração da força de trabalho, ela provoca o que Marini designou como cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação. Isso significa que a produção, já desde a fase primário-exportadora, estava descolada das necessidades das massas. Afirma Marini:

Enquanto a esfera “baixa”, em que participam os trabalhadores — que o sistema se esforça para restringir —, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não trabalhadores — que é a que o sistema tende a ampliar —, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação (MARINI, 2000, p. 135).

Na fase primário-exportadora<sup>31</sup>, o trabalhador do principal setor da economia produzia bens que eram basicamente para exportação; então, não consumia o bem que produzia, descolando-se assim a produção das necessidades das massas. Isso explica por que as oligarquias e a burguesia rural não cogitavam em pagar um salário melhor para seus

<sup>28</sup> Ver o artigo em que Marini (1978) respondeu à crítica de Fernando Henrique.

<sup>29</sup> O resultado foi que, de 1981 para cá, salvo exceções, as economias da América Latina, particularmente a do Brasil, atravessam um longo período de estagnação, cerca de quatro décadas. A economia brasileira, medida pelo PIB, tem crescido a uma taxa anual média de pouco mais de 2%, que é um pouco acima do crescimento da população. Assim, o crescimento *per capita* da produção brasileira tem estado próximo de zero, isto é, a economia brasileira está estagnada. Isso não exclui a possibilidade de ocorrerem alguns interregnos de crescimento.

<sup>30</sup> No caso do Brasil, esse processo começou parcialmente a partir da segunda metade dos anos 1950, quando o governo de Juscelino Kubitschek abriu as portas para o capital estrangeiro, particularmente a indústria automobilística, intensificando-se nos anos 1960 com a ditadura (SOUZA, 2007).

<sup>31</sup> Que, no caso do Brasil, foi sendo superada a partir da Revolução de 30, a qual deflagrou um intenso processo de industrialização, mas os governos mais recentes conseguiram desindustrializar o país e promover o retorno à economia primário-exportadora.

trabalhadores. Ao contrário, empurravam o salário para baixo. Por outro lado, os bens para o consumo das classes dominantes não eram produzidos pelos trabalhadores do país, mas importados.

Esse processo continua quando o país dependente se industrializa. Quando o Brasil se industrializou, na fase inicial, basicamente se implantaram dois setores, o de bens de consumo popular, o setor IIa da economia, na acepção de Marx, e, parcialmente, o setor que produz meios de produção<sup>32</sup>, o chamado setor I da economia. Registre-se que, enquanto o setor IIa implantou-se sob controle nacional privado<sup>33</sup>, o Estado controlava o setor I.

Contudo, no caso brasileiro, a partir de meados dos anos 1950 com Juscelino Kubitschek, mas, sobretudo, da metade dos anos 1960 em diante, já na época da ditadura, com a entrada maciça do capital estrangeiro, implantou-se um terceiro setor, o de bens de consumo duráveis, que é a parcela mais significativa do setor que produz bens de consumo capitalistas, o setor IIb.

A elite dominante e as camadas médias, que consumiam bens importados, passaram a consumir os produzidos internamente pelo setor IIb (basicamente automóveis e eletrodomésticos). Mas o trabalhador que os produzia não os consumia<sup>34</sup>. Continuava consumindo os bens produzidos pelo setor de bens de consumo popular. Há então um descolamento da esfera alta de circulação em relação à esfera baixa (MARINI, 2000).

Repete-se, assim, aquela situação que o trabalhador vivenciava na economia primário-exportadora: o patrão não lhe paga melhores salários porque ele não consumiria seu produto; ao contrário, empurra o salário para baixo para poder ter um custo menor. O trabalhador, para a transnacional do setor IIb, é apenas um custo, e não um consumidor. Vejamos o que diz Marini:

Partindo, então, do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, mesmo que de maneira modificada. Já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a *separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2000, p. 141).

Essa situação acirra as contradições da economia dependente. No capitalismo *tout court*, existe uma contradição entre produção e consumo. Faz parte da sua lógica e termina, ao lado de outras contradições, com destaque para tendência decrescente da taxa de lucro, contribuindo para engendrar as chamadas crises de superprodução, quando aparece na superfície que há maior produção do que consumo da população.

Na situação da economia dependente, essa contradição é exacerbada porque, por um lado, o salário é jogado para baixo do valor da força de trabalho, criando dificuldade de mer-

<sup>32</sup> Os meios de produção são máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.

<sup>33</sup> A esse setor da burguesia nacional não interessava, objetivamente, a superexploração da força de trabalho porque, se, de um lado, se beneficiava da redução dos custos, de outro, dependia desse mercado para escoar seus produtos, mas ele era um sócio menor no pacto da economia dependente.

<sup>34</sup> É claro que, atualmente, os trabalhadores têm eletrodomésticos, e alguns têm, inclusive, automóveis, mas os bens duráveis que consomem não têm a mesma qualidade dos consumidos pela elite dominante.





As empresas multinacionais têm papel central na transferência de valor dos países dependentes para as nações desenvolvidas

cado para a indústria de bens de consumo popular, engendrando assim uma contradição entre os interesses da burguesia nacional que controla esse setor e a economia dependente, e, por outro, os consumidores de bens de consumo duráveis constituem uma parcela limitada da população, formada pelas classes dominantes e camadas médias, resultando em que uma parte da produção de bens de consumo duráveis também não encontra mercado interno suficiente.

Nesse caso, segundo Marini, essa contradição, que se origina no intercâmbio desigual, continua com a transferência de valor para fora, prossegue com a superexploração da força trabalho e permanece com a cisão da esfera alta em relação à esfera baixa, acarreta a geração de um excedente exportável de produtos industriais que não encontra mercado interno. No caso de economias maiores, como a do Brasil, elas começam a exportar produtos industriais, alavancadas por subsídios governamentais e por “projetos de integração econômica regional e sub-regional”, com “políticas agressivas de competição internacional”. Segundo Marini, “nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil”, aliada às contradições “que deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano”, “nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 2000, p. 150).

Teriam atingido essa condição países de composição orgânica média, como o Brasil. De acordo com Marini, isso engendraria nesses países o expansionismo em relação aos países da região. Ele qualificou esses países, particularmente o Brasil, como países subimperialistas, ou seja, ao mesmo tempo que continuam dependentes do núcleo central do imperialismo (*sub*), dominam outros países (*imperialismo*). Permaneciam dependentes dos países centrais, mas teriam um determinado grau de autonomia, dado seu maior nível de desenvolvimento, e o usavam para realizar seu expansionismo na região.

Nossa hipótese é que, para ser subimperialista, um país teria, ainda que subordinado ao núcleo central do sistema, de ser dominante regionalmente, quer dizer, imperialista. E, para ser imperialista, ainda que sub, haveria de ter monopólio e capital financeiro para exportar capitais. Segundo Lênin (1961), o traço distintivo do imperialismo é a exportação de capitais.

O Brasil, na época da formulação de Marini, exportava mercadorias, mas não capitais, salvo um ou outro crédito, porque ainda não havia chegado à fase do monopólio e do capital financeiro. Os monopólios que havia no Brasil eram basicamente estrangeiros

Não estão presentes, portanto, as condições de o Brasil ocupar esse papel de país subimperialista na região. É um país dependente como os demais da região, e, ainda que mais desenvolvido, está sujeito às mesmas contradições e aos mesmos problemas

ou estatais. As empresas privadas nacionais ainda não haviam atingido a fase monopolista, e muito menos a etapa do capital financeiro, porque os grandes bancos no Brasil eram principalmente públicos e as grandes empresas industriais eram estrangeiras ou públicas, enquanto as empresas nacionais privadas eram, no fundamental, pequenas e médias. Por isso, não havia exportação de capitais de monta.

Por outro lado, para ser imperialista, o país deveria contar com um Estado capaz de bancar, diplomática e militarmente, o jogo imperialista das suas empresas, pelo menos na região que estivesse dominando. O Brasil teve um Estado com características abordadas por Marini na época da ditadura, quando o país desenvolveu bastante a indústria de defesa, mas não a ponto de ter capacidade de garantir a expansão de seus capitais para o resto do mundo, ou mesmo para a região supostamente sob seu domínio, como cabe a um país imperialista.

Mais recentemente, surgiram alguns indícios de que o Brasil estaria se convertendo num país subimperialista. Começaram a se formar monopólios sobretudo a partir das privatizações do período Fernando Henrique, ao

que se agregou o financiamento público, durante o período Lula, das empresas chamadas campeãs nacionais, fomentando a fusão de empresas brasileiras com vistas à sua transnacionalização. Parecia que se estava formando um capital financeiro e gerando expansionismo na região. Isso ocorreu particularmente com as empreiteiras da construção civil. Parecia então que o Brasil estava criando aquela condição que faltava para se converter em um país subimperialista.

Mas persistia e se agravava uma debilidade anterior: o Brasil não possuía ainda um Estado com capacidade de bancar esse jogo em nível regional. Possuía força para liderar um processo de integração regional, como ocorreu durante o governo Lula, mas não para agir como subimperialista. Só que mesmo a razão econômica consistente na formação de monopólios está sendo simplesmente destruída pela base. Para formar monopólio industrial, a economia tem de possuir uma forte indústria, e o Brasil está tendo sua indústria devastada: depois de ter na década de 1980 uma indústria de transformação que atingia quase 30% do PIB, hoje essa proporção não passa de 10%.

Ocorreu no Brasil um processo violento de desindustrialização a partir da política iniciada no final do governo Sarney, que continuou no governo Collor e aprofundou-se no governo de Fernando Henrique, sendo que Lula e Dilma deram-lhe continuidade, o governo Temer também, e o governo Bolsonaro completa-o com um verdadeiro desmonte do Estado nacional e das bases econômicas do país.

Referimo-nos à política de abertura comercial e financeira, inicialmente com a redução ou eliminação das tarifas de importação, ao que se somou depois, com a edição do Plano Real, a valorização da nossa moeda, hoje provocada pelo tripé macroeconômico. O resultado é a invasão de produtos industriais estrangeiros, acarretando a devastação da indústria instalada no país.

Como então um país pode ser subimperialista se está perdendo sua indústria e se reconvertendo em um país primário-exportador? O Brasil chegou a ter na pauta de exportação cerca de 60% de produtos manufaturados e semimanufaturados, produtos industriais, sendo o resto constituído de produtos básicos. Atualmente, a pauta de exportação é majoritariamente constituída de produtos básicos, com um baixo nível de agregação de valor. Não estão presentes, portanto, as condições de o Brasil ocupar esse papel de país subimperialista na região. É um país dependente como os demais da região, e, ainda que mais desenvolvido, está sujeito às mesmas contradições e aos mesmos problemas.

## 6. MARINI E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Marini, como intelectual revolucionário, procurava desvendar a América Latina com o objetivo de transformá-la. Ele chegou à conclusão de que, para resolver o problema da dependência, seria necessária uma revolução socialista. Havia na América Latina uma concepção, bastante disseminada, de revolução por etapas: a primeira seria a nacional-democrática, que romperia com a dependência e desenvolveria uma economia independente e democrática, e a segunda seria a construção do socialismo.

Sobre isso, o general-historiador Nelson Werneck Sodré, integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e membro do Partido Comunista, postulou que a conclusão da construção da nação brasileira era uma etapa insubstituível para a construção do socialismo no país.

Discordando dessa concepção, Marini chegou à conclusão de que o caráter da revolução seria socialista, porque, dentre outras razões, haveria na região, além do subimperialismo, uma burguesia integrada às burguesias dos países centrais. Por isso, não interessaria a ela realizar um programa independente, isto é, uma ruptura coma dominação imperialista para desenvolver a economia independente.

Essa era a visão inicialmente formulada por nosso autor. Ele considerava que, em um país dependente, havia uma questão nacional a ser resolvida. Mas achava que essa questão só poderia ser resolvida nos marcos do socialismo. Contudo, graças a seu profundo compromisso com a verdade, ele percebeu que alguma coisa antecederia o socialismo e superaria o capitalismo dependente em nossos países. Isso está presente, sobretudo, no seu último livro (MARINI, 1992). Ali, ele apresenta a formulação de que a revolução, não apenas no Brasil, mas também nos demais países da América Latina, teria uma “etapa intermediária”. Quando ele analisa a luta pela democracia, pondera:

Será preciso, talvez, percorrer uma etapa intermediária, ditada pela correlação de forças, e que consiste em converter esses órgãos de democracia participativa em instrumento de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, antes de alcançar o nível de tomada de decisão (MARINI, 1992, p. 33).

Ora, mesmo relativizando seu prognóstico com um “talvez”, mais por prudência, por estar adentrando um terreno espinhoso, Marini afirma que, em função da correlação de

forças, “será preciso, talvez, percorrer uma etapa intermediária”, que seria uma situação em que os trabalhadores teriam poder de “pressão e controle sobre o aparelho de Estado”. Seria, portanto, uma etapa anterior ao socialismo.

Em um segundo momento desse livro, no qual Marini analisa o processo de integração da América Latina, afirmou:

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que — enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes — promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de [19]60, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição da renda (MARINI, 1992, p. 140).

Tratava-se então, para Marini, de, com o processo de integração da América Latina, criar uma nova economia, que incorporasse amplos contingentes da população ao trabalho, ao consumo e à cultura, e que promovesse a diminuição das elevadas taxas de superexploração da força de trabalho e, por conseguinte, uma melhor distribuição de renda. Aqui ele está tratando, do ponto de vista econômico, claramente de uma etapa anterior ao socialismo, etapa que, no entanto, supunha a integração regional latino-americana, a qual assumiu papel destacado no seu pensamento:

A integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente a governos, aos empresários e à economia. Ela tem de ser entendida como uma grande empresa política e cultural, capaz de convocar à participação ativa todos os setores do povo (MARINI, 2005a, p. 224).

Nesses últimos três trechos, Marini recupera duas questões fundamentais: a questão democrática, quando propõe uma democracia avançada, com a participação ativa dos trabalhadores, e a questão nacional, quando propõe a integração latino-americana como meio de fortalecer as nações e os povos da região.

Além disso, haveria uma relação orgânica entre essas duas questões, mais a questão da justiça social. Senão, vejamos:

Nunca como hoje a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais da América Latina e nas reflexões que sobre elas se exercem [...] a questão da democracia, tal como se apresenta para nós, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual (MARINI, 1992, p. 13).

Dentre os significados da democracia, diz Marini que “está, primeiro, a soberania”. E assim define a relação orgânica entre a questão nacional e a democrática:

Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, o tema de sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberda-

Graças a seu profundo compromisso com a verdade, ele percebeu que alguma coisa antecederia o socialismo e superaria o capitalismo dependente em nossos países. Isso está presente, sobretudo, no seu último livro. Ali, ele apresenta a formulação de que a revolução, não apenas no Brasil, mas também nos demais países da América Latina, teria uma “etapa intermediária”

de, atendendo primariamente às exigências de seus povos. E, assim, evocar o tema da dependência e levar, por isso mesmo, a entender a luta pela democracia como luta de libertação nacional (MARINI, 1992, p. 13).

Mas também postulou que esse conceito de democracia envolve a justiça social:

Porque, na América Latina, o conceito de democracia está expressando hoje, na consciência dos povos e no discurso dos seus dirigentes, a atenção às necessidades mais urgentes, a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, a edificação de uma sociedade que, ao basear-se no respeito à vontade da maioria, coloque os interesses desta como critério prioritário de ação (MARINI, 1992, p. 13-14)<sup>35</sup>.

Embora no primeiro trecho citado sobre integração Marini se refira a uma “nova economia”, não chega a formular a natureza da economia que predominaria durante essa “etapa intermediária”, mas trata-se de uma etapa que nos aproxime do socialismo. Não seria uma situação em que o Estado, além de coordenar e planejar, assumiria o comando dos setores monopolistas, reservando para os capitalistas os setores concorrenciais, quer dizer, uma sorte latino-americana de “capitalismo de Estado”<sup>36</sup>?

Ele propõe uma “etapa intermediária”, mas, diferentemente do que alardeou o economista argentino Claudio Katz, o objetivo maior para Marini seguiu sendo a luta pelo socialismo:

**35** Ao situar dessa forma as questões nacional, democrática e da justiça social, Marini está rememorando, a seu modo, as tarefas centrais que haviam sido propostas pelos defensores da etapa nacional e democrática do processo revolucionário brasileiro e latino-americano.

**36** Vladimir I. Lênin, após a vitória na guerra civil e contra a ocupação da Rússia por 14 potências estrangeiras, que deixaram o país destruído, propôs a NEP (Nova Política Econômica) como forma de construir as bases para o desenvolvimento do socialismo. Dentre os instrumentos da NEP, estava o capitalismo de Estado. Este é compatível tanto com o capitalismo quanto com a construção do socialismo. Ler a respeito os seguintes textos de Lênin: “Sobre o imposto em espécie (significação da nova política e suas condições)”, “Acerca da significação do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo” e “Sobre a cooperação”. Esses textos estão nas *Obras completas* de Lênin, mas também se encontram nas *Obras escolhidas*.

Nesta perspectiva, a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma — ali onde se torna mais definida —, a luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para sua consecução (MARINI, 1992, p. 14).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de apresentarmos a avaliação de Marini de que a economia dependente latino-americana constitui uma espécie de capitalismo *sui generis*, que reproduz as leis gerais do capitalismo, mas de forma exacerbada e deformada, e por isso mesmo exigiria um esforço próprio de investigação que, partindo do marxismo, desse conta dessa especificidade, sintetizamos sua análise sobre os mecanismos de transferência de valor, sob a forma de mais-valia, dos países dependentes para os países industriais, inicialmente através do intercâmbio desigual e, mais tarde, com a emergência do imperialismo, por meio também da remessa de lucros e de juros<sup>37</sup>.

Demonstramos a seguir que essas formas de transferência de valor não apenas persistem na atualidade, mas várias modalidades dela se intensificaram fortemente, como a remessa de lucros e juros. O fato de, no momento, os preços das chamadas *commodities* estarem elevados, devido à demanda chinesa e tendo como agravantes a forma desordenada como a economia mundial procura emergir da crise provocada pela pandemia de covid-19 e as sanções aplicadas pela Otan, sob a liderança dos EUA, à Rússia em função da guerra na Ucrânia — o que detém momentaneamente a deterioração dos termos de intercâmbio —, isso não significa que desapareceu o intercâmbio desigual, nem mesmo a tendência histórica à deterioração dos termos de intercâmbio.

Demonstramos também que, para Marini, a resposta dada pela economia dependente para essa transferência de valor é a superexploração da força de trabalho, isto é, o pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho. Usando o exemplo do Brasil, demonstramos que a superexploração é um fenômeno que permanece muito forte na economia brasileira, a ponto de 90% da população trabalhadora ganhar menos que o salário mínimo necessário, quer dizer, o mínimo necessário, de acordo com a Constituição, para sustentar uma família de quatro pessoas.

A transferência de parte da mais-valia para os países industriais, além de acarretar a superexploração da força de trabalho, também reduz a capacidade de acumulação de capital por parte dos países dependentes, limitando suas possibilidades de desenvolvimento. Este se limita também pela superexploração da força de trabalho, a qual estrangula o mercado interno de bens de consumo popular. No limite, o aumento da dependência provoca a estagnação da economia.

Outra consequência da superexploração é o descolamento da produção em relação às necessidades das massas. Na economia dependente primário-exportadora, o trabalhador não consome sua própria produção, já que esta é exportada. Essa situação se reproduz mesmo depois da industrialização dessas economias. Isso porque um dos setores econômicos de maior importância, o setor IIb, que produz bens de consumo capitalista, não tem os

<sup>37</sup> Ver, sobre isso, “Em torno da dialética da dependência”, posfácio ao livro *Dialética da dependência* (SADER, 2000, p. 157-158).



Produtos que integram a cesta básica no Brasil

próprios trabalhadores como consumidores, já que a produção de bens de luxo destina-se a um mercado cativo da própria burguesia, além das camadas médias, que contam com elevados níveis de renda. Como, por isso, o salário não se transforma em consumo desses produtos, sendo apenas um custo para o capitalista desse setor, que em grande medida é transnacional, este não tem interesse em aumentar o poder de compra do trabalhador, mas, ao contrário, pratica a superexploração da força de trabalho dele.

O resultado é que, enquanto o setor IIa tem seu mercado interno esmagado pela superexploração, gerando um excedente exportável de produtos industriais, o setor IIb, pela estreiteza de seu mercado, também gera um excedente exportável. As contradições da economia dependente, manifestas, na superfície, pela cisão entre a esfera alta e a baixa da circulação, produzem um excedente exportável de produtos industriais. Nas economias maiores, como a do Brasil, o Estado, para viabilizar essa exportação, diz Marini, promove “projetos de integração econômica regional e sub-regional”, ao lado de “políticas agressivas de competição internacional”, como, por exemplo, a utilização de subsídios à exportação de produtos industriais. Para ele, “a expressão acentuada dessas tendências no Brasil”, aliada às contradições “que deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano”<sup>38</sup>, “nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 2000, p. 150).

Questionamos essa tese de Marini. Sugerimos que, para ser subimperialista, o país teria de, além de dependente (sub), ser imperialista. No entanto, o Brasil, que foi considerado por nosso autor como o “modelo” de subimperialismo, não tinha na época e menos ainda hoje os requisitos do imperialismo: predomínio dos monopólios e do capital financeiro, predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias, Estado com capacidade de bancar o jogo de seus capitais na sua área de dominação. O Brasil chegou bem próximo de formar monopólios próprios e suas transnacionais, com as políticas de privatização e de formação das “empresas campeãs”, mas, ao mesmo tempo, promoveu-se a desindustrialização e a desnacionalização da economia nacional, destruindo as bases econômicas para a formação dos monopólios. Além disso, essas mesmas políticas vêm debilitando o Estado nacional, que agora está sendo desmontado pelo governo Bolsonaro. Com economia e Estado fracos, não há como ser subimperialista.

<sup>38</sup> Registre-se que ele estava escrevendo no começo da década de 1970, quando a ditadura havia exacerbado toda a sua prática repressiva e prometia criar um “Brasil-potência”.

Como Marini considerava que a burguesia latino-americana estaria integrada às burguesias dos países desenvolvidos, o caminho que propunha para superar a dependência era o socialismo, contrapondo-se à posição dos partidos comunistas da região, que defendiam a tese de que, antes do socialismo, haveria uma etapa nacional-democrática. Mas, em seu último livro, Marini (1992) defende a necessidade de “uma etapa intermediária”, caracterizada por uma democracia em que os trabalhadores tenham poder de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, que ao mesmo tempo tenha capacidade de autodeterminar-se — entendendo a democracia como luta de libertação nacional — e de superar as condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores. Elege, portanto, a questão nacional, a democrática e a da justiça social como as tarefas dessa “etapa intermediária”.

Mas, ao contrário do que foi propalado pelo argentino Claudio Katz, Marini não abriu mão do socialismo. Para ele, “ali onde se torna mais definida”, “a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade” é “a luta pelo socialismo”. A luta se torna mais definida com o avanço na resolução dessas três questões levantadas por Marini.

\* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), com pós-doutoramento em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Ical-Unila). Diretor do Instituto Claudio Campos. Diretor de Publicações da Fundação Maurício Grabois. Autor de vários livros, artigos e ensaios sobre economia brasileira, latino-americana e mundial. Destacam-se *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula* e *Economia internacional contemporânea: da Grande Depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*. Coorganizador do livro *Pensamento nacional-desenvolvimentista*.

\*\* Doutora e mestre em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Pesquisadora do Centro Sou Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Coordenadora do Projeto Wash de pré- iniciação científica na USP. Redatora-chefe da *Revista Latinoamerica*. Cofundadora do movimento Cientistas Engajados. Membro da Iniciativa Internacional pela Promoção da Economia Política (IIPPE), da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), do Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD), da Sociedade de Economia Política (SEP), do Grupo de Estudos sobre a Dialética da Dependência (GEDD, IEE-USP) e do Grupo de Estudos de Ecologia Marxista (EcoMarx, IEE-USP). Pesquisadora da cátedra José Bonifácio do Instituto de Relações Internacionais da USP e membro fundador da Frente Ampla Democrática Socioambiental (Fads). Publicou vários artigos nas áreas de economia, energia, ambiente e relações internacionais.

► Texto recebido em 25 de julho de 2022; aprovado em 16 de setembro de 2022.



BCB. **Balço de pagamentos**. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.(a)]. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagA.xlsx](http://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx)>. Acesso em: 11 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório de investimento direto**. Tabela 1: investimento direto no país — posição. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.(b)]. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2020/TabelasCompletaPosicaoIDP.xlsx](http://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2020/TabelasCompletaPosicaoIDP.xlsx)>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialectica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociologia**, México-DF, v. 40, 1978, p. 9-35.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <[www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html](http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html)>. Acesso em: 22 set. 2022

FAO. **OECD-FAO agricultural outlook 2021-2030**. Paris: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2021. Disponível em: <[www.fao.org/documents/card/en/c/cb5332en](http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb5332en)>. Acesso em: 3 jul. 2022.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah. The theory of unequal ecological exchange: a Marx-Odum dialectic. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 2, p. 199-233, 2014.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 239-262.

IBGE. **PNAD Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LÊNIN, Vladímír Ilitch. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Moscou: Progreso, 1961. v. 1, p. 689-798.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.

\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 221-224.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo. **Revista Mexicana de Sociologia**, México-DF, v. 40, p. 57-106, 1978.

\_\_\_\_\_. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 57-134.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **El Capital**. México-DF: Siglo XXI, 1977. v. 1.

\_\_\_\_\_. **El Capital**. México-DF: Siglo XXI, 1976. v. 3.

NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OIT. **Trabalho doméstico**. Brasília: OIT, [s.d.]. Disponível em: <[www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm#:~:text=Fatos%20e%20n%C3%BAmeros%20no%20Brasil&text=Em%202016%2C%20o%20Brasil%20tinha,possuem%20carteira%20de%20trabalho%20](http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm#:~:text=Fatos%20e%20n%C3%BAmeros%20no%20Brasil&text=Em%202016%2C%20o%20Brasil%20tinha,possuem%20carteira%20de%20trabalho%20)>. Acesso em: 8 jul. 2002.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, n. 3, set. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/j/rep/a/sFcjPDf7dmj8t74YwtfHWG/?lang=pt](http://www.scielo.br/j/rep/a/sFcjPDf7dmj8t74YwtfHWG/?lang=pt)>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. **Metodologia de análise na teoria da dependência**: da análise dos problemas latino-americanos ao desenvolvimento de propostas de intervenção. **Insurgência**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 420-442, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. \_\_\_\_\_. A independência incompleta e a construção da nação brasileira. **Princípios**, São Paulo, v. 41, n. 164, p. 9-45, 2022.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. CAMPOS, Rosanita. **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Crisis y luchas de clases en Brasil (1974-1979)**. 1980. Tese (Doutorado em Economia) — Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1980.

\_\_\_\_\_. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Economia internacional contemporânea**: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria marxista das crises**. São Paulo: Global, 1992.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.